

Breve ensaio sobre grupos específicos negros, consciência e luta de classes no Brasil

Sandra Regina Vaz da Silva*

Resumo:

“Grupos específicos e diferenciados” é uma categoria de análise utilizada por Clóvis Moura para tratar dos grupos específicos negros no Brasil, a partir da concepção marxiana de classe em si e classe para si. Este ensaio procura apresentar a análise do autor, consoante ao protagonismo das lutas negras na particularidade da formação social brasileira, suas incidências e importância no processo de consciência antirracista e anticapitalista. O texto se fundamenta em estudos bibliográficos, documentos, debates e reflexões em grupo de estudos. Está estruturado em dois momentos, sendo o primeiro a análise da categoria grupos específicos e diferenciados e o segundo, uma articulação do debate sobre racismo e capitalismo no Brasil, que elucida a necessária vinculação entre anticapitalismo e antirracismo como tarefa histórica da classe trabalhadora brasileira.

Palavras-chave: grupos específicos negros; racismo; consciência; luta de classes.

Brief essay on specific black groups, consciousness and class struggle in Brazil

Abstract:

“Specific and differentiated groups” is a category of analysis used by Clóvis Moura to deal with specific black groups in Brazil, based on the Marxian conception of class in itself and class for itself. This essay seeks to present the author's analysis, depending on the protagonism of black struggles in the particularity of Brazilian social formation, their incidence and importance in the process of anti-racist and anti-capitalist awareness. The text is based on bibliographic studies, documents, debates and reflections in study groups. It is structured in two moments, the first being the analysis of the specific and differentiated groups category and the second, an articulation of the debate on racism and capitalism in

* Doutora em Serviço Social. Professora da Universidade Federal Fluminense, Niterói-RJ, Brasil.
End. eletrônico: sandravaz@id.uff.br ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2218-7318>

Brazil, which elucidates the necessary link between anti-capitalism and anti-racism as a historical task of the Brazilian working class.

Keywords: specific groups of black people; racism; conscience; class struggle.

Introdução

O artigo tem por objetivo refletir sobre a categoria “grupos específicos e diferenciados”, considerando os grupos específicos negros e seu protagonismo na particularidade da formação social brasileira.

Para esse alcance, utilizo como recurso teórico - metodológico os referenciais bibliográficos em torno da temática, em especial as obras de Clóvis Moura (1988; 1983), autor que se debruçou nessa discussão buscando corroborar a uma compreensão histórico crítica, dialética e materialista sobre o problema do negro brasileiro, sua forma de organização e articulação dos valores africanos e afro-brasileiros na sociedade de capitalismo dependente. Clóvis Moura corrobora ainda ao debate sobre a noção de “diferença” articulada a uma perspectiva de classe social e a sua emancipação.

O tema proposto é também oriundo de debates e reflexões em grupo de estudos que têm se dedicado a aprofundar conhecimento sobre o pensamento de Clóvis Moura, consoante articulação de duas universidades públicas: uma situada no estado do Rio de Janeiro-RJ e outra no estado do Espírito Santo-ES.

Procuró elucidar a contribuição da categoria “grupos específicos e diferenciados” ao processo de consciência de classes e sua emancipação, que no Brasil perpassa, necessariamente, pela consciência étnico-racial como pressuposto constitutivo da luta de classes. Logo, a vinculação entre anticapitalismo e antirracismo como tarefa histórica da classe trabalhadora brasileira.

O artigo está estruturado em dois momentos, sendo o primeiro em torno da concepção de Clóvis Moura sobre a categoria “grupos específicos e diferenciados”, e um segundo momento sobre a articulação entre racismo, capitalismo e luta de classes no Brasil, de modo a situar o debate em torno dos grupos específicos negros.

Grupos Específicos Negros e Processos de Consciência

O racismo e a racialização oriunda da dominação colonial se valeu de forma violenta e desigual, na “expansão das relações capitalistas de produção para o mundo não europeu” (Faustino, 2015, p.57). As posições sociais epidermizadas, engendradas pela expropriação e pelo conjunto de determinações inaugurou a divisão racial do trabalho, a partir de marcadores fenotípicos e culturais que permitiu através do racismo na sociedade moderna, a efetivação do empreendimento colonial e a constituição de um eixo estruturante na própria modernidade que definiu a vida

do indivíduo, as suas oportunidades, lugares, posições sociais e reconhecimento humano (Faustino, 2015).

Mediante a realidade de dominação e violência colonial, diferentes e diversificadas formas de libertação possibilitaram ao negro o enfrentamento das situações de inferiorização e desumanização em que esteve submetido, cujas ações se desdobraram em organizações voluntárias ou espontâneas denominadas como grupos específicos negros. Ou seja, grupos que se organizaram a partir de um ethos construído pela tomada de consciência da diferença, conforme estabelecido pela classe dominante, numa sociedade racialmente diferenciada (MOURA, 1983).

No Brasil, o protagonismo político negro implícito na gênese e emergência da formação da classe trabalhadora assalariada fez ampliar a sua forma de participação e reivindicação, que possibilitou articular a luta contra a exploração às reivindicações raciais, na medida em que houve a compreensão de que sua condição perpassa necessariamente pela exploração e discriminação racial. Nesse sentido, os grupos específicos negros são explicados por Moura (1988) a partir da categoria “grupos específicos e diferenciados”.

Procuramos, com este termo, (grupos específicos), designar, do ponto de vista interno do grupo, os padrões de comportamento que são criados a partir do momento em que seus membros se sentem considerados e avaliados através da sua marca pela sociedade. Em outras palavras: o grupo diferenciado tem as suas diferenças aquilatadas pelos valores da sociedade de classes, enquanto o mesmo grupo passa a ser específico na medida em que ele próprio sente esta diferença e, a partir daí, procura criar mecanismos de defesa capazes de conservá-lo específico, ou mecanismos de integração na sociedade. O grupo diferenciado, por isto, é identificado. O grupo específico, por seu turno, se identifica (Moura, 1988, p. 116-117).

Moura (1988; 1983) toma como ponto de partida a dialética materialista voltada a classe social, em especial atenção ao debate marxiano de classe em si e classe para si. Assim, ao tratar dos “grupos específicos e diferenciados” com ênfase na realidade do negro brasileiro e as barragens sociais instituídas, sugere, de forma dicotomizada, uma análise vinculada à emergência da classe social até o processo de sua afirmação, quando há consciência por parte da sociedade sobre sua concretude, e a necessidade de confronto para com a outra classe.

Diante disso, e, devido a compressão no espaço social, há o reconhecimento de especificidades - no caso o fator étnico racial - que levam a criação de valores relativamente próprios para a sua manutenção, independência e consequentemente elaboração de uma ideologia (e um programa) que, na medida em que se torna

global, representa os interesses mais gerais daqueles coletivos, grupos ou indivíduos que estão na mesma condição. Em suas palavras:

[...] se encontram em um processo de desenvolvimento e se situam, da mesma forma que a classe que adquiriu consciência de si mesma, de um lado em consonância com o desenvolvimento das forças produtivas e, de outro, em antagonismo com as relações de produção existentes (Moura, 1988, p.110)

O processo que leva a construção dos “grupos específicos e diferenciados” é dado por sua compressão na sociedade individualista e competitiva, que foi erguida a partir de relações étnico - raciais hierarquizantes e ao mesmo tempo nega essa realidade, responsabiliza e diferencia tais sujeitos. Moura (1988) chama atenção para a razão que fundamenta essa organização coletiva e o salto que tais experiências possibilitam, a partir da tomada de consciência da sua condição de classe social e de seu grupo específico.

De acordo com Marx (2001), é no processo de produção material e reprodução da vida social que as classes sociais se instituem. Para este autor, a emergência das classes sociais foi inaugurada a partir da base econômica erguida sob modos de produção antagônicos e diferentes formas de exploração do trabalho. Essa contradição, sob determinação econômica e dominação do capital, transformou a massa da população em trabalhadores, cujas situações e interesses comuns se instituíram em uma classe. Contudo, a constituição da classe social ainda não se configura em uma classe para si, pois essa é a condição “estrutural” da sociedade, independente da consciência dos sujeitos explorados.

O processo de constituição da classe para si ocorre através da luta de classes, ao reunir interesses e reivindicações no âmbito político-econômico que são desta classe, a defesa da sua libertação enquanto classe, o embate político que se concretiza sob diferentes formas de organização e ação coletiva com finalidades, que perpassam pelo caráter social e chega a uma revolução total. Para Marx (2001):

As condições econômicas tinham a princípio transformado a massa da população do país em trabalhadores. A dominação do capital criou para essa massa uma situação comum, interesses comuns. Por isso, essa massa é já uma classe diante do capital, mas não o é ainda para si mesma. Na luta, que só assinalamos algumas fases, essa massa reúne-se, constitui-se em classe para si mesma. Os interesses que defendem tornam-se interesses de classe. Mas a luta de classe com classe é uma luta política (Marx, 2001, p.151).

As respostas dos sujeitos coletivos configuram a luta política que, de forma organizada e com direção programática, ou seja, através de táticas e estratégias,

possibilita alcançar de forma mais imediata melhores condições de trabalho, salário, direitos políticos e avançar para um caráter revolucionário, objetivando uma sociedade livre da exploração e opressão que condiciona a população viver sob o antagonismo entre classes sociais.

Mauro Iasi (2011) considera que a consciência de classe perpassa necessariamente por processos que envolvem transformações, desenvolvimento e transições em sua forma. O autor afirma que a luta política e a materialidade em que esta se insere é o que possibilita a transformação das consciências. Portanto, a consciência é “produto material da sociedade e um meio político de alcançar tal transformação” (2011, p.43).

Três formas de consciência são destacadas pelo autor:

1) A primeira relacionada a representação mental de sua própria vida e atos, na forma mais imediata e por “relações concretas entre os seres humanos, e desses com a natureza, e o processo pelo qual, em nível individual, são capazes de interiorizar relações formando uma representação mental delas” (Iasi, 2011. p. 14). Desta forma, as mediações que interpelam a primeira forma de consciência são àquelas predeterminadas e estabelecidas a partir da organização da sociedade que o indivíduo toma para si, de forma generalizada, a partir da sua vinculação mais imediata e particularizada. Nesse sentido a consciência se expressa como ideologia e alienação.

2) A segunda forma de consciência é a consciência de si, feito que ocorre a partir das experiências contraditórias vividas, vinculadas a possibilidade de superação destas, sob condições determinadas. Denominando como consciência de si ou consciência de reivindicação, Iasi (2011) exemplifica a luta sindical, as lutas populares, os movimentos culturais, manifestações coletivas e afins, como formas concretas de ações vividas que transcenderam para a forma coletiva, com objetivos de reivindicações e mudanças mais imediatas.

3) A consciência revolucionária, que corresponde ao terceiro aspecto e diz respeito a ultrapassagem do indivíduo em sua vinculação à identidade coletiva e reivindicações mais imediatas, na medida em que “toma como sua a história da classe e do mundo. Passa a conceber um sujeito coletivo e histórico como agente da transformação necessária” (Iasi, 2011, p.35). Seria a passagem da consciência em si para a consciência revolucionária, e que se concretiza no campo da prática e é mediado por fatores desiguais e dissonâncias relacionadas ao indivíduo e sua classe, seja mediante as limitações no cumprimento das tarefas impostas pela história e as relações estabelecidas e predeterminadas, seja pela realidade objetiva e as condições materiais para uma superação revolucionária.

Tomando como ponto de partida as formas de consciência, como um processo que é construído a partir de respostas a sua condição à construção de táticas e estratégias que parte de um programa dinâmico, abrangente e radical em

consonância com a classe, essa perspectiva coloca grupos ou indivíduos ao mesmo lado e contrários aos antagonismos político-econômicos que os sustentam. Nessa condição antagonônica, os grupos específicos e demais segmentos da sua classe possuem as condições objetivas de construir resistência na ordem societária conflitante e contraditória, passando a se organizar em diferentes formas e níveis “para sobreviver e garantir-se contra o e peneiramento econômico, social e cultural que as classes dominantes lhes impõem” (Moura, 1988, p.110).

Nesse sentido, os grupos específicos negros que emergiram na história e continuam a existir, trazem as suas experiências políticas que articulam valores culturais africanos e afro-brasileiros, formas de organização, lutas e resistências que abrangem confrarias, irmandades, associações recreativas, esportivas e culturais negras, quilombos, terreiros, escolas de samba, coletivos políticos negros e suas diferentes inserções enquanto movimento social negro¹.

As considerações de Moura (1988) levam também a compreensão sobre uma luta mais imediata e voltada à reivindicação econômica como possibilidade de superação de uma dimensão mais culturalista e essencialista. Um feito que seria possível em decorrência das possibilidades de aumento dos processos de consciência negra e superação de formas individuais de consciência do negro não organizado. Em uma análise sobre o futuro e com base na dimensão concreta e material da vida social, o autor considera que nas “camadas negras mais proletarizadas, organizadas em grupo específicos, o social tende a suplantar, cada vez mais, o meramente culturalista” (Moura, 1988, p.123).

Embora essa premissa tenha se concretizado em certa medida, a perspectiva de superação ao culturalismo não foi concretizada, e, ao contrário disso, temos visto um processo de cooptação das pautas antirracistas que, orquestrada pela ofensiva neoliberal, o capital financeiro e o Banco Mundial, inseriu e ressignificou tais perspectivas ideológicas sob o manto da “tolerância à diferença” (Oliveira, 2021), diversidade, empoderamento e empreendedorismo, como debates e estratégias descoladas da estrutura de classes e na contramão de uma superação da ordem social (classe para si). Esse episódio não impactou apenas os grupos específicos negros, mas a luta de classes como um todo em suas diferentes formas de consciência, que ainda foi atravessada pelo avançar de uma forte ofensiva ideológica neoconservadora e reacionária de extrema-direita.

Sobre a dicotomização da classe em si e classe para si, Moura (1988) afirma a possibilidade de analisar a classe desde a sua formação e emergência, até o momento

¹ Por movimento social negro compreendo a ação política e cultural de seus militantes e entidades que apreende a categoria raça como um conceito sociológico, pauta unificadora e centralizadora de sua luta. O movimento negro incide na sociedade de modo a combater o racismo e a discriminação racial, denunciar o “mito da democracia racial”, a desigualdade racial, as mazelas e violências perpetradas à população negra, valorizar e reivindicar a cultura de matriz africana e afro-diaspórica como afirmação política, cultural e estética de seu povo.

em que adquire consciência de sua existência e também das suas especificidades que levam a construção de objetivos e valores próprios enquanto grupos específicos. Estes, em detrimento dos conflitos oriundos da sociedade de classes, forjam resistência para sobreviverem e enfrentarem as contradições.

Nesse sentido, o racismo enquanto mecanismo ideológico de dominação é, portanto, o elemento primordial a ser combatido ao lado do capital, pois imprime em sua essência processos de hierarquizações nas relações sociais de produção e reprodução social, e, ao mesmo tempo, é invisibilizado por ideologias que negam a sua existência tal qual o mito da democracia racial.

Assim, a consciência étnico-racial e a afirmação política negra opõem-se aos mecanismos dominadores criados para hierarquizar e escamotear esse reconhecimento.

No Brasil, a consciência étnico-racial é uma premissa fundamental ao processo de consciência em si, pois envolve não somente a condição individual, a auto afirmação e reconhecimento da identidade negra (que nada tem a ver com identitarismo), mas envolve também as saídas coletivas e revolucionárias para o enfrentamento do racismo, seja em grupos específicos e em consonância com as lutas mais gerais da classe trabalhadora e/ou vice versa que, através da práxis, devem compreender que o anticapitalismo perpassa obrigatoriamente pelo antirracismo.

O sujeito que não reconhece a sua origem étnico-racial e/ou a realidade histórica que fundamenta a existência de sua condição, enquanto classe trabalhadora, é um sujeito alienado, e, dificilmente terá uma dimensão ampliada do racismo e a centralidade de seu enfrentamento no Brasil.

Lukács (2003) considera que a perspectiva organizativa no processo de construção da classe para si, deve desvelar e confrontar a visão distorcida imputada pela decadência ideológica burguesa e seus valores ideo-culturais que produzem individualismo, imediatismo, espontaneísmo e falsa consciência sob a população (Lukács, 2003).

Considero que o não reconhecimento e enfrentamento do racismo como elemento determinante da formação da classe trabalhadora brasileira e dinamizador das relações capitalistas, implica no fortalecimento de tais armadilhas, sobretudo na visão distorcida da classe trabalhadora, distante da realidade objetiva. Ser sujeito revolucionário e voltar-se a uma luta coletiva em favor da emancipação humana, perpassa por reconhecer os sujeitos históricos que compõem esta classe, as suas lutas concretas e os seus atravessamentos mais imediatos. O racismo articulado ao âmbito econômico – político e ídeo – cultural gerou a emergência de uma sociedade desigual e racialmente hierarquizante como é a sociedade de classes brasileira, superexplorada e capitaneada por mitos fundadores.

Racismo, capitalismo e Luta de classes no Brasil

A realidade brasileira foi marcada por quase quatro séculos de relações escravistas. Nessa realidade, o antagonismo entre as classes sociais (classe dos senhores proprietários e classe dos escravizados despossuídos) se instituiu desde a colônia, com a criação de uma estrutura rígida e centrada na unidade administrativa e judiciária, desenvolvida para a racionalização do sistema de governo repressor (Silva; Fagundes, 2022).

O colonialismo como impulsionador da emergência e expansão capitalista e instituição da divisão internacional do trabalho, de forma desigual, combinada e racializada, foi a base da constituição do capitalismo dependente brasileiro.

Nesse contexto um conjunto de conflitos, lutas organizadas e articuladas corroboraram à decomposição do sistema escravista e emergência do capitalismo dependente brasileiro, tendo como pioneirismo as experiências históricas de fugas, rebeliões, guerrilhas e quilombos que foram organizadas por africanos e seus descendentes na condição de escravizados. Aliado a esse contexto, a coexistência entre trabalhadores livres e escravizados no processo de formação da classe trabalhadora assalariada nos espaços urbanos, e as experiências comuns de luta e resistência.

Tais fatores marcaram um período da história, cujos processos de consciência presentes na particularidade da formação social brasileira forjaram a história da luta de classes no Brasil.

As formas ativas e passivas da resistência negra, as condições objetivas em que se delinearão e o associativismo entre trabalhadores livres e escravizados correspondem a expressão mais concreta em que grupos específicos negros se instituíram e se articularam.

Fundamentado em Marx por compreender a história como resultado da ação humana e produzida sob determinadas condições, tanto física quanto por sua consciência, Ruy (2003) destaca que as rebeliões e insurgências negras e a distinção entre formas ativas e passivas de resistência da população escravizada inserida em múltiplas e complexas relações, revelavam o grau de consciência que suas próprias ações indicavam. O sentido político em que essas ações tinham, não era apenas de caráter subjetivo, mas atravessado por condições objetivas. Para o autor “o sentido político que a ação escrava tinha, não – de novo – na forma como ele aparecia imediatamente ao escravo, mas na sua capacidade de formular um projeto mais global de reordenação social, capaz ou não de transcender os limites do escravismo” (Ruy, 2003. p.153). Essa reordenação social se materializou de forma mais concreta, na experiência dos quilombos enquanto alternativa independente, com organização própria e articulação com os “de baixo”.

Nessa direção, Moura (2000) discorre de forma crítica às interpretações limitadas que dentro dos padrões normativos e ideológicos, desconsideraram o conteúdo político daqueles movimentos sociais que não estiveram dentro dos

padrões estabelecidos e foram considerados como banditismo social, milenarismo e formas arcaicas de movimentos sociais. Para o autor, independente do grau de consciência, considera tais experiências como movimentos políticos que inspiraram uma transformação social, como descreve:

todos os movimentos que desejam mudança social são movimentos políticos apesar dos seus agentes coletivos não terem total consciência disto. O que vale e determina é o nível de consciência social de cada um e as propostas subseqüentes para a mudança projetada. Mas todos se enquadram (com maior ou menor nível de consciência social) na proposta da transformação revolucionária (ou não) da sociedade (Moura, 2000, p. 25)

Isso porquê, foi na esteira de interpretações limitadas, ideologicamente padronizadas ou mesmo forjadas como projetos de sociedade que o caráter radical da libertação negra foi apagado da história.

As Irmandades como um tipo de associativismo durante o escravismo, apresentava práticas de proteção social que contou com forte presença negra (Ferreira, 2020). Ressignificando os sentidos desse espaço através de escravizados, livres e libertos, tais grupos específicos negros desenvolveram possibilidades de resistência, solidariedade, encontro com o sagrado e ancestralidade. Conforme demonstra Ferreira (2020), as irmandades negras católicas se caracterizaram por espaços de proteção social próximo das experiências do afro-catolicismo na América Espanhola e Caribe, e também das Black Brotherhoods ligadas ao protestantismo nos Estados Unidos.

Mattos (2008) demonstra que as Irmandades Negras foram importantes aliadas na aglutinação de lutas coletivas. O autor afirma também que a partir da segunda metade do século XIX, os trabalhadores negros ao tentarem organizar associações beneficentes ou de auxílio mútuo, tiveram rejeição na aprovação de suas organizações por parte do Conselho do Estado. Contraditoriamente, as irmandades e sociedades beneficentes não-negras adotavam a prática de apoio à compra de alforrias antes e depois da Lei do Ventre Livre (1871), e com isso impulsionavam a prática e a formação de novas entidades abolicionistas.

No entanto, as experiências organizativas e a luta pela liberdade não deixaram de ocorrer. E após a abolição, um cruzamento entre modelos associativos e as experiências concretas de ação coletiva como quilombos e rebeliões tiveram continuidade.

As lutas abolicionistas protagonizadas pela vertente mais radical experienciaram as formas associativas, a partir da coexistência de trabalhadores livres e escravizados nos mesmos espaços de trabalho. Em São Paulo, a luta dos

caifazes², o vínculo com as Irmandades Negras e as primeiras organizações operárias no empenho à compra de alforria e manifestações abolicionistas é demonstrada por Moura (2014) e Mattos (2008) através de experiências oriundas de diferentes regiões do estado.

No Rio de Janeiro, o posicionamento abolicionista dos trabalhadores do Arsenal de Marinha – mestre e operários das oficinas de fundição e ferreiros –, as ações políticas realizadas pelos tipógrafos por meio da Associação Tipográfica Fluminense, a greve organizada em 1858 – que defendia em suas reivindicações a “superação gradual da escravidão” – e, a criação do Clube Abolicionista Gutemberg em 1880 que além da compra de alforrias, criou uma escola noturna gratuita, foram experiências que perpassaram pelo associativismo entre livres e escravizados (Mattos, 2008, p.17). Dentre as práticas existentes, o autor relata levantes, facilitação de fugas em massa, produção de cartas de alforrias falsas e forjadas para que os fugitivos pudessem trabalhar no campo, casas e locais de trabalho utilizados como refúgios para fugas.

As revoltas urbanas eram tomadas pela presença negra ao lado de outros movimentos sociais, associações, partidos e sindicatos como a Revolta do Vintém (1879) e a Revolta da Vacina (1904) na cidade do Rio de Janeiro.

Reis (2019) aponta que ganhadores reunidos em torno dos cantos tinham papel crucial sobre as revoltas, feito que desencadeou severo controle aos cantos de trabalho na cidade de Salvador após a Revolta dos Malês e da greve que durou mais de uma semana em 1857.

A apreensão da classe dominante no tocante as revoltas e insurreições negras aliadas ao medo do Haitianismo, fizeram desencadear uma série de medidas repressivas que foram se aprimorando no decorrer do desenvolvimento da sociedade de trabalho livre assalariado, tal qual o Decreto 847 de 1890 intitulado “Dos Vadios e capoeiras”.

Ainda que de forma embrionária, a formação da classe trabalhadora se instituía concomitante ao processo de construção da sua consciência, em meio a paradoxal contradição presente nas relações de produção coexistentes. Duas diferentes perspectivas são apontadas por Mattos (2008): a primeira com ideal colaboracionista entre patrões e empregados e a segunda com exaltação da classe trabalhadora para a transformação social, mas numa perspectiva de progresso.

Vale destacar que a presença negra na formação do movimento operário carioca na primeira República, levou a emergência de dois importantes sindicatos e

² Liderado por Antonio Bento, os caifazes consistia em uma rede que auxiliavam fugas coletivas e abriam caminhos para que os escravizados chegassem em lugares seguros, como o Quilombo do Jabaquara.

respectivas presidências negras: a União dos Operários Estivadores (UOE) e a Sociedade de Resistência dos Trabalhadores em Trapiche e Café (SRTTC).

Com fortes laços de solidariedade constituídos pelo pertencimento étnico racial que impunha certa unidade, além dos laços de parentesco, a luta e articulação dos portuários da UOE e SRTCC tinham profundas raízes junto a história e cultura dessas profissões no Rio de Janeiro e em outros portos do país. Como destaca Cruz (2002), seria uma relação “natural, portanto, que partisse deles o ímpeto de organizar a classe, ainda mais se forem considerados o clima racista e pró-imigrante do período e os desejos de vida independente que orientavam a conduta dos que haviam sofrido o peso da escravidão” (Cruz, 2002, p.44). No entanto, o impacto do racismo em tais organizações e as reivindicações trabalhistas mediante o contexto competitivo e de aprofundamento da “questão social”, levou grupos radicais acusarem essas organizações de reformistas, sem considerar as especificidades da realidade brasileira marcada pela política de imigração, ideologia do branqueamento e ações governamentais eugenistas disfarçadas de higienistas (Silva, 2022a).

As principais características das organizações negras do início do século XX irão se destacar pelo aspecto assimilacionista e a prática cultural, cujas motivações devessem a falta de espaço e representações de lideranças negras nos aparelhos do estado, instituições políticas e educacionais (Gonzalez, 1982). As lideranças negras provinham em sua maioria dos próprios espaços que foram forjados e, essencialmente, tinham que utilizar de seus membros e suas organizações para fins políticos, seja de forma indireta ou velada (Hacnhard, 2001).

Havia então uma linha de continuidade do associativismo negro no século XX, atravessado em sua essência pela necessidade de (re)existência nos marcos do desenvolvimento capitalista brasileiro, que havia de consolidar o vazio que foi o 14 de maio de 1888 na vida da população negra, destinada à própria sorte e sem reparação.

Os elementos que explicam essa contradição se encontram na crise e decomposição do sistema escravista e na transição do trabalho escravizado para o trabalho livre. Tais determinações forjaram uma sociedade de classes marcada pelo racismo e ao mesmo tempo a rejeição dessa realidade.

Em meio a um processo de articulação “pelo alto”, a “revolução burguesa no Brasil” foi instituída através da conciliação de interesses e manteve a população negra de fora. Valeu-se de mecanismos que perpetuaram os interesses econômicos, políticos e ideo-culturais de uma classe dominante retrógrada, conservadora e colonial, que tinha a pretensão de construir a nação por meio do apagamento da história negra e indígena, considerada como primitiva e atrasada para o progresso do país.

A mestiçagem como um problema que precisava ser enfrentado era uma preocupação de intelectuais como Nina Rodrigues, que tinha uma avaliação

pessimista desta no progresso da nação. Oliveira Vianna (1959) também compartilhava da preocupação sobre os problemas da raça na formação da nação e de seu progresso. Considerava que a mestiçagem definiria, de maneira hierarquizante, as características intelectuais do indivíduo. Compreendia a sociedade brasileira em processo de formação, devido a sua composição étnico-racial não estar inteiramente realizada, mas implícita no amálgama entre os diferentes tipos de arianos, negros e indígenas que constituiriam os tipos antropológicos mais adequados ao meio (social e geográfico) brasileiro. Acreditava na formação de mestiços de tipos superiores em função da superioridade do sangue ariano.

Essa concepção levou a intelectualidade considerar a existência de uma miscigenação moral, intelectual e racial do povo brasileiro como possibilidade se concretizaria através do branqueamento da sociedade brasileira. E para esse processo de “evolução”, os estigmas das “raças inferiores” deveriam ser eliminados.

Entre os anos 1890 e 1920 a teoria do branqueamento permeou o pensamento social da época e esteve ideologicamente subordinada aos projetos da classe dominante. Houve a expansão da economia cafeeira e a crescente incorporação de um projeto governamental de imigração que partia da compreensão de que o trabalhador europeu era preparado para o trabalho, ao contrário da massa livre (ex-escravizada e mão de obra nacional) ociosa e incapaz de se incorporar no mercado de trabalho devido a sua condição degenerada, atrasada e inferior (Moura, 1988).

Uma série de mecanismos de peneiramento e discriminação (sobretudo o preconceito de cor) permeou a inserção da população negra no mercado de trabalho, determinando o seu imobilismo social, mas também a sua crescente organização enquanto grupos específicos negros.

Souza (2020, p.158) aponta que na compressão do mercado de trabalho “o estrangulamento da dependência, o emprego, assim como o desemprego estrutural, o subemprego, e as condições mais precárias de trabalho, também se apresentarão aos sujeitos a partir de sua racialização”. No processo de subsunção formal do trabalho ao capital, nos marcos do trabalho livre e igualdade jurídico-política, a contradição estabelecida entre as relações étnico-raciais e os mecanismos instituídos para a manutenção dos interesses da classe escravista latifundiária e nascente burguesia nacional, foi, necessariamente, a saída para o rebaixamento salarial da classe trabalhadora.

No entanto, essa realidade foi ocultada pela falsa democracia racial no país, cujo resultado foi o escamoteamento da consciência étnico-racial da população não-branca e a fragilização das suas lutas (Moura, 1988).

O mito da democracia racial se aprofundou na década de 40, a partir de interpretações que ultrapassou a noção biologizante e incorporou aspectos culturalistas a mestiçagem brasileira. O “amálgama das três raças” promoveu o

ocultamento dos conflitos e do reconhecimento nacional da questão racial, uma vez que diferentes indivíduos e classes sociais passaram a interpretar as relações raciais integradas ao discurso nacional da “identidade nacional mestiça”, permeada pela convivência harmoniosa.

O projeto que despontou a partir de 1930 como ideologia nacional, associou a cultura mestiça como representação oficial da nação. Um nacionalismo imaginado e construído através de símbolos nacionais e discursos identitários incorporados à narrativa oficial, para suavizar a história através da tradição e de rituais formalistas e aparatosos, rumo à idealização de um povo (Schwarcz, 2012).

A democracia racial com base em uma interpretação culturalista não foi uma solução para a questão negra brasileira em sentido de combater às desigualdades raciais, mas a partir de então, a continuidade de novos problemas, como àqueles voltados ao preconceito racial, regional e as crescentes desigualdades, combatidas e denunciadas pelo movimento negro e uma intelectualidade crítica à essa ideologia.

Atualmente, temos visto a reatualização dessa ideologia em meio à ascensão reacionária e conservadora que, através do projeto bolsonarista, utiliza de slogans como “minha cor é o Brasil” e/ou “Brasil acima de tudo”. Um discurso que oculta a onda de violência e discriminação inflamada por esses grupos, ao mesmo tempo que valoriza a meritocracia e o esforço individual, associa preguiça e ociosidade às desigualdades étnico-raciais e ataca as ações afirmativas.

Por outro lado, os grupos específicos negros marcam a diversidade de respostas individuais e coletivas, agressivas, passivas, cômodas ou radicais contra o racismo e sua condição na sociedade de classes. Tais experiências abrem caminhos para a emergência do protesto negro, seja através do movimento social negro ou de outros movimentos políticos, requisitados a se posicionar contra a exploração e opressão racial.

Cabe destacar que os grupos específicos negros, como discorrido por Moura (1983; 1988), possuem uma intrínseca relação com as categorias raça e classe e/ou “diferença” e classe social. Essa premissa nos leva a destacar a importância de uma luta coletiva em direção a uma sociedade livre, cuja centralidade deve estar norteadas pelo antirracismo e anticapitalismo, conforme o horizonte político do autor.

Do ponto de vista das lutas anticapitalistas no Brasil, sabemos que o antirracismo esteve secundarizado e por vezes, apagado deste horizonte. Seu processo de incorporação como programática efetiva ainda se encontra em construção, apesar do atraso.

Do ponto de vista da posição apresentada por Clóvis Moura, no tocante a raça e classe e/ou “diferença” e classe social, essa compreensão se distingue da concepção pós-moderna e pós-estruturalista que ganhou ascensão junto a alguns setores progressistas brasileiros pós anos 90 sob o tripé multiculturalismo,

diversidade e diferença. Sob uma perspectiva individualizada e neoliberal, esta lógica liberal possui impactos sobre a dialética consciência de classe e alienação.

Marx (2001), Iasi (2011) e Lukács (2003) apontam importantes contribuições no que diz respeito às classes sociais antagonicas, a luta de classes e os seus processos de consciência atravessados por contradições, dilemas e desafios. Estes se materializam em distintos projetos societários que em disputas, se configuram pelo campo conservador ou campo progressista e revolucionário.

Importante destacar que os grupos específicos negros estão presentes no interior de tais projetos e são atravessados por diferentes processos de consciência que impactam diretamente no reconhecimento e afirmação de sua condição, classe social e pertença étnico-racial.

Nesse sentido, a consciência étnico-racial é consciência em si, afirmação política e tarefa histórica da classe trabalhadora organizada. É pressuposto constitutivo da luta de classes no Brasil rumo a emancipação humana.

Referências

- CRUZ, Maria Cecília V. Solidariedade x Rivalidade: a formação do sindicalismo estivador brasileiro. In: *Revista História UNISINOS*, São Leopoldo, v. 6, n. 6, 2002.
- FAUSTINO, Deivison Mendes. “*Por que Fanon? Por que agora?*”: Frantz Fanon e os fanonismos no Brasil. Tese (Doutorado em Sociologia), Universidade Federal de São Carlos, UFSCAR, São Carlos, 2015.
- FERREIRA, Gracielle C. *Raça e Nação na origem da política social brasileira: União e Resistência dos trabalhadores negros*. Tese (Doutorado em Serviço Social), Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.
- GONZALEZ, Lélia. O Movimento Negro na última década. In: GONZALEZ, Lélia; HASENBALG, Carlos. *Lugar de negro*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982.
- HANCHARD, Michael George. *Orfeu e o Poder: o movimento negro no Rio de Janeiro e São Paulo*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2001.
- IASI, Mauro. *Ensaio sobre consciência e emancipação*. São Paulo: Expressão Popular, 2011.
- LUKÁCS, Georg. *História e Consciência de Classe: estudo sobre a dialética marxista*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- MARX, Karl. *Miséria da Filosofia: resposta à Filosofia da Miséria do senhor Proudhon*. São Paulo: Centauro, 2001.

- MATTOS, Marcelo B. *Escravidãos e Livres: experiências comuns na formação da classe trabalhadora carioca*. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2008.
- MOURA, Clóvis. *Rebeliões da Senzala: quilombos, insurreições, guerrilhas*. 5 ed. São Paulo: Anita Garibaldi coedição Fundação Maurício Grabois, 2014.
- _____. *Sociologia política da guerra camponesa de Canudos*. São Paulo: Expressão Popular, 2000.
- _____. *Sociologia do Negro Brasileiro*. São Paulo: Ática, 1988.
- _____. *Brasil: raízes do protesto negro*. São Paulo: Global Editora, 1983.
- OLIVEIRA, Dennis. *Racismo Estrutural: uma perspectiva histórico-crítica*. 1 ed. São Paulo: Editora Dandara, 2021.
- REIS, João José. *Ganhadores: a greve negra de 1857 na Bahia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- RUY, José Carlos. *Rebeliões da Senzala: lições de luta*. ALMEIDA, Luiz S (Org.). *O negro no Brasil: estudos em homenagem a Clóvis Moura*. Maceió: EDUFAL, 2003.
- SILVA, Ana Paula Procópio. Higienismo, eugenia e racismo na gênese do Serviço Social brasileiro: apontamentos introdutórios. In: EURICO, Márcia Campos et.al. (Orgs.). *Antirracismos e Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 2022.
- SILVA, Sandra Regina Vaz; FAGUNDES, Gustavo. Clóvis Moura e a Questão social no Brasil. *Revista Katalysis*, vol. 25, n.2, 2022.
- SOUZA, Cristiane Luíza Sabino de. *Racismo e luta de classes na América Latina: as veias abertas do capitalismo dependente*. São Paulo: Hucitec, 2020.
- SCHWARCZ, Lília Moritz. *Nem preto nem branco, muito pelo contrário: cor e raça na sociabilidade brasileira*. São Paulo: Claro Enigma, 2012.
- VIANNA, Oliveira. *Raça e assimilação*. Rio de Janeiro: José Olympio Editôra, 1959.